

A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PEREIRA, Márcio¹

RESUMO: Este artigo busca traçar aspectos históricos que identificam a trajetória da pessoa com deficiência nos contextos sociais organizados e vividos pelo ser humano no decorrer de sua compreensão e entendimento. A compressão do percurso conceitual e histórico a respeito da pessoa com deficiência e das consequências sociais advindas desses conceitos sustenta uma nova releitura do que seja a deficiência e das mudanças sociais que tem ocorrido a partir da proposta inclusiva. Importante ressaltar que o entendimento histórico visa à construção de novos olhares e formas de organização da sociedade para atender aqueles que a constitui e a organiza.

Palavras-chave: História. Conceito. Deficiência. Percursos. Inclusão.

ABSTRACT: This article seeks to trace historical aspects that identify the trajectory of the person with disability in the social contexts organized and lived by the human being in the course of their understanding and understanding. The compression of the conceptual and historical course regarding the person with disability and the social consequences of these concepts supports a new re-reading of what is the deficiency and the social changes that have occurred from the inclusive proposal. It is important to emphasize that the historical understanding aims at the construction of new looks and forms of organization of society to attend to those who constitute and organize it.

Keywords: History. Concept. Deficiency. Courses. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

¹Psicólogo Educacional, Mestre em Educação/UNISAL/SP-2003

Este artigo tem como objetivo a discussão da história da pessoa com deficiência no contexto das sociedades. Obviamente, o entendimento desse percurso facilita a compreensão do que hoje se tem buscado realizar que é a inclusão social.

Nos dias de hoje, depois de diversas situações históricas que demonstram a crueldade e a exclusão, tem-se buscado o entendimento do homem integral e que o outro é uma peça importantíssima para o crescimento e o reconhecimento de ser humano. Nesse sentido, manter uma relação de respeito à diferença e os modos com que cada um se apresenta é fundamental para uma sociedade repleta de diversidades.

Obviamente, o entendimento de que há diversas formas de expressão e condição humana não foi algo que represente uma construção de harmonização. Ao contrário, foi uma construção repleta de sofrimento e dor, cujo fundamento era de sociedades voltadas à valorização do belo, da leitura mítica do mundo ou mesmo da supremacia religiosa, dos interesses pessoais e governamentais. Não se pode dizer que essas questões ainda não permeiam a sociedade de hoje, contudo muitos valores já se ampliaram ou se modificaram, trazendo ao homem novas formas de interpretar a vida e a sociedade, assim como as pessoas.

O direito da pessoa é valorizado e atestado pelas legislações, mesmo que ainda não tenhamos cumprido adequadamente o que se tem proposto o homem não se comporta como nas sociedades primitivas e medievais. Somos diferentes e seremos diferentes a cada momento e, certamente, o progresso em todos os sentidos está em nossa porta e, com ele, formas cada vez mais inclusivas.

Assim, o texto traça a história da pessoa com deficiência para nos auxiliar na reflexão do tanto já crescemos e do que ainda podemos fazer para melhorar a nossa vida e nossas relações, dando o direito a todos de se expressarem, de se sentirem incluídos e, acima de tudo, se sentirem como parte integrante e atuante na história do seu tempo, alicerçando a sociedade atual para um homem realmente integral e inclusivo.

2. Caminho Metodológico

A metodologia é a etapa que sustenta a construção do conhecimento científico e este trabalho se respalda na pesquisa bibliográfica, que de acordo com Carvalho (1991),

“desperta o interesse pelo tema e o espírito indagador e crítico acerca de múltiplas dimensões de uma dada realidade” (p. 156). Desta forma, foram utilizados textos que destacam as principais contribuições encontradas segundo o interesse deste estudo.

3. A Exclusão da pessoa com deficiência

A história da deficiência inicia-se desde a vida do homem primitivo. O ambiente não era propício às pessoas que nasciam com deficiência devido às condições ambientais que dificultavam a sobrevivência e as formas de organização grupal. Na medida em que o clima da terra foi amenizando, os grupos começaram a se organizar em busca do sustento. Nesse percurso, a inteligência humana começa a se manifestar e a percepção do ambiente aumentou. Começaram a adorar o sol, a lua e os animais.

De acordo com os historiadores a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível, porque o ambiente era agressivo e ríspido e essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era, inclusive, muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência.

Na Grécia antiga, Platão (no livro *A República*) e Aristóteles (no livro *A Política*) trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia.

Em Platão, *A República*, Livro IV, 460 c - Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores e qualquer dos outros que sejam disformes, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém (GUGEL: 2007, p. 63).

APolítica, de Aristóteles, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (GUGEL: 2007, p. 63).

Já em Roma, suas leis não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. Aos pais era permitido matar as crianças com deformidades físicas, pela prática do afogamento. Relatos nos dizem que os pais também abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados nas cidades por “esmoladores”, ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos abastados. Ao tempo das conquistas romanas, auge dos Césares, legiões de soldados retornavam com amputações das batalhas dando início a um precário sistema hospitalar. Até então as pessoas deficientes foram discriminadas, afastadas e excluídas da convivência com outras pessoas consideradas “normais”. Denomina-se este período de paradigma da exclusão/eliminação.

Historicamente essas pessoas foram excluídas dos ambientes sociais públicos, porque acreditava-se que eles, sendo muito diferentes dos chamados “normais”², eram seres inferiores e incapazes de conviverem na sociedade. Foram durante décadas, eliminados e até mesmo exterminados (MENICUCCI, 2006, p. 9)

3.1 A segregação do deficiente

No vitorioso Império Romano surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Os cristãos foram perseguidos, porém alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Nesse período surgiram os primeiros espaços de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências.

² A palavra “normal” não é mais usual, tendo em vista que não se aplica ao contexto da diversidade subjetiva. A palavra “normal” tem um fundamento estatístico e médico, considerando parâmetros de quantificação e do que se pode entender o humano enquanto um organismo. Subjetivamente não se utiliza a expressão “normal” ou “anormal” devido ao reconhecimento conceitual de cada cultura, sociedade e formas de expressões humanas.

Naquele tempo, Jesus encontrou no seu caminho um cego de nascença. Os discípulos perguntaram-Lhe: “Mestre, quem é que pecou para ele nascer cego? Ele ou os seus pais?” Jesus respondeu-lhes: “Isso não tem nada que ver com os pecados dele ou dos pais; mas aconteceu assim para se manifestarem nele as obras de Deus”. (...) dito isto, cuspiu em terra, fez com a saliva um pouco de lodo e ungiu os olhos do cego. Depois disse-lhe: “Vai lavar-te à piscina de Siloé”; Ele foi, lavou-se e voltou a enxergar (GUGEL, 2007. p.04)

A idade média iniciou-se com o fim do Império Romano (Século V, ano 476) e a Queda de Constantinopla (Século XV, em 1453) e é marcada por precárias condições de vida e de saúde das pessoas. A população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. As crianças que sobreviviam eram separadas de suas famílias e quase sempre ridicularizadas. A literatura da época coloca os anões e os corcundas como focos de diversão dos mais abastados. O rei Luís IX, cujo reinado ocorreu entre 1214 e 1270, fundou o primeiro hospital para pessoas cegas, o Quinze-Vingts.

A Idade Moderna marcou a passagem de um período de extrema ignorância para o nascer de novas ideias. Ela ocorreu do ano de 1453 (Século XIV), quando da tomada de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, até 1789 (Século XVIII) com a Revolução Francesa. O período mais festejado é o que vai até o Século XVI, com o chamado Renascimento das artes, da música e das ciências, pois revelaram grandes transformações, marcada pelo humanismo.

No Século XV o Príncipe de Anhalt, na Alemanha saxônica, desafiou publicamente o reformador religioso Martinho Lutero, não cumprindo sua ordem de afogar crianças com deficiência intelectual. Lutero afirmava que estas pessoas não possuíam natureza humana e eram usadas por maus espíritos, bruxas, fadas e duendes. Os Séculos XVI e XVII em toda a Europa foram marcados pela massa de pobres, mendigos e pessoas com deficiência.

Durante os séculos XVII e XVIII houve grande desenvolvimento no atendimento às pessoas com deficiência em hospitais. Havia assistência especializada em ortopedia para os mutilados das guerras e para pessoas cegas e surdas. Philippe Pinel (1745-1826) explicou que pessoas com perturbações mentais devem ser tratadas como

doentes, ao contrário do que acontecia na época, quando eram tratados com violência e discriminação.

Entre os séculos XVI e XIX as pessoas com deficiência continuavam isoladas, mas ficavam em asilos, conventos e albergues, surgindo o 1º hospital psiquiátrico na Europa que não passavam de prisões sem qualquer tipo de tratamento especializado. Isso porque nesse período houve avanços da Medicina que retiraram essas pessoas da condição de asilar, passando a tratá-las como doentes e merecedoras de tratamento hospitalar, porém mantendo-as na condição de isolamento em hospitais e internatos. Instala-se o modelo médico no tratado da deficiência, encarada então como uma doença.

Os estudos da Psicologia ganham cientificidade e proliferam-se os testes padronizados para medir e classificar as pessoas, rotulando-as e categorizando-as em grupos iguais e diferentes ao padrão esperado pela sociedade. Inicia-se o modelo clínico-terapêutico no trato da deficiência. Às pessoas com deficiência é conferido o status de pacientes e a elas é proporcionado o atendimento clínico-terapêutico (MENICUCCI, 2006, p.9)

Nesse período histórico da humanidade as escolas não se abriam para as pessoas com deficiência, consideradas “doentes”, “pacientes”, “surgiram às escolas e classes especiais, como espaço exclusivo para aqueles cuja deficiência motivou rejeição da escola regular, sob a justificativa da necessidade de um atendimento especializado médico, clínico especializado, porém não pedagógico” (MENICUCCI, 2006, p. 10) Historicamente, é vivido o paradigma da segregação, que representa o isolamento e a institucionalização dos deficientes.

3.2 A Integração: Novos rumos, novas perspectivas

O Século XX trouxe avanços importantes para as pessoas com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas ou elementos tecnológicos assistivos. Os instrumentos que já vinham sendo utilizados (cadeira de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros) foram se aperfeiçoando. A sociedade, não obstante as sucessivas guerras se organizaram coletivamente para enfrentar os problemas e para melhor atender a pessoa com deficiência.

Por volta dos anos de 1902 até 1912, cresceu na Europa a formação e organização de instituições voltadas para atender a pessoa com deficiência. Levantaram-se fundos para a manutenção dessas instituições, sendo que havia uma preocupação crescente com as condições dos locais aonde as pessoas com deficiência se abrigavam. Já começavam a perceber que as pessoas com deficiência precisavam participar ativamente do cotidiano e integrarem-se na sociedade.

Na literatura infantil, por exemplo, discutia-se o futuro das crianças desamparadas. O livro de J.M. Barrie, com o tema de Peter Pan, o menino que não queria crescer, inspirou peças teatrais, assim como os movimentos sociais de 1904 (GUGEL, 2007, p.8).

Em Londres realizou-se a Primeira Conferência sobre Crianças Inválidas, tendo como tema principal a integração na sociedade das crianças institucionalizadas. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, na cidade de Saint Louis, organizou-se o primeiro Congresso Mundial dos Surdos para discutir os métodos de comunicação por sinais e o do oralismo.

Na Alemanha, nos anos seguintes, fez-se o primeiro censo demográfico de pessoas com deficiência, com o objetivo de organizar o Estado para melhor atender as pessoas com deficiência. Nos Estados Unidos, realizou-se a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes e, na cidade de Boston, em 1907, a Goodwill Industries organizou as primeiras turmas de trabalho protegido de pessoas com deficiência nas empresas.

Em 1914 o Império Alemão declara guerra. O período da Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, em que os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Turco-Otomano se batiam contra o Império Britânico, França, Rússia e ao final os Estados Unidos. Foram anos de muita carístia no mundo. As mulheres puseram-se a trabalhar para sustentar a família enquanto os maridos estavam na guerra. As crianças com e sem deficiência ficavam em abrigos.

Mesmo com o fim da Primeira Grande Guerra os conflitos políticos continuaram e os países estavam em crise financeira. No entanto, era necessário que os governos se preocupassem com o desenvolvimento de procedimentos de reabilitação dos ex-combatentes, melhorando a qualidade de vida dos jovens veteranos.

Somente em 1919, com o Tratado de Versailles, é consolidada a paz, embora não tenha sido duradoura, e é criado um importante organismo internacional para tratar da reabilitação das pessoas para trabalho no mundo, inclusive das pessoas com deficiência: a Organização Internacional do Trabalho. OIT - Organização Internacional do Trabalho.

A Segunda Guerra Mundial, ocorrida de 1939 a 1945, liderada pelo alemão Hitler, assolou e chocou o mundo pelas atrocidades provocadas. Sabe-se que o Holocausto eliminou judeus, ciganos e também pessoas com deficiência. Estima-se que 275 mil adultos e crianças com deficiência morreram nesse período e, outras 400 mil pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, surdez e deficiência intelectual foram esterilizadas em nome da política da raça ariana pura.

O triste desfecho da guerra, quando os Estados Unidos lançaram bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, foi devastador e matou 222 mil pessoas, deixando sequelas nos sobreviventes civis. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo precisou se reorganizar. A Europa estava devastada, assim como os países aliados porque enviaram tropas para derrotar Hitler. As cidades exigiam reconstrução, as crianças órfãs precisavam de abrigo, comida, roupas, educação e saúde. Os adultos sobreviventes das batalhas têm sequelas e precisam de tratamento médico e reabilitação.

Com a Carta das Nações Unidas, criou-se a Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1945 em Londres, visando encaminhar com os países membros as soluções dos problemas que assolavam o mundo. Os temas centrais foram divididos entre as agências: ENABLE – Organização das Nações Unidas para Pessoas com Deficiência UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância OMS - Organização Mundial da Saúde.

Em 1948, a comunidade internacional se reúne na nova sede da ONU, em Nova York, jurando solenemente nunca mais produzir as atrocidades como aquelas cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Os dirigentes mundiais decidem reforçar a Carta das Nações Unidas, declarando em um só documento todos os direitos de cada pessoa, em todo lugar e tempo. Nasce a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Declaração Universal dos Direitos do Homem Artigo 1º: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. No artigo 25 há menção expressa à pessoa com deficiência, designada de “inválida”.

Artigo 25 em relação à pessoa com deficiência:

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

É nesse tempo de reconstrução que as instituições voltadas para as pessoas com deficiência se consolidaram em todos os países, principalmente buscando alternativas para sua integração social e aperfeiçoamento das ajudas técnicas para pessoas com deficiência física, auditiva e visual.

Desta forma, no século XX pessoas com deficiência começaram a ser consideradas cidadãs com direitos e deveres de participação na sociedade, mas ainda de maneira assistencial – Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nos anos 60 surgiram os primeiros movimentos organizados por familiares de pessoas com deficiência, com críticas à discriminação; pesquisas e teorias sobre a inclusão e melhoria das condições de vida dos mutilados de guerra avançaram a partir dos anos 70 nos Estados Unidos. Este movimento se intitulou de integração e influenciou o espaço educacional.

O movimento de integração justifica-se pela ruptura com as teorias já esgotadas dos “sistemas paralelos” de educação e das compensações, começando a ceder lugar às experiências concretas que assentam noutra forma de conceitualizar a escola. Ele teve início nos países nórdicos, Suécia, Dinamarca e Noruega.

Para a NARC (National Association of Retarded Citizens, USA) citada por Sérgio Niza, a integração consiste na oferta de serviços educativos que se põem em prática

mediante a disponibilidade de uma variedade de alternativas de ensino e de classes, que são adequadas ao plano educativo, para cada aluno, permitindo a máxima integração institucional, temporal e social entre alunos deficientes e não deficientes durante a jornada da escola comum.

Com base nesta nova concepção, o movimento de integração foi, progressivamente, chegando a outros países onde os sistemas educativos se organizam com o objetivo de acolher todos os alunos, mas com ritmos diferentes e de acordo com modelos diversificados.

No Brasil a integração se fortalece na Década de 80, onde as escolas especiais preparavam alguns alunos que seriam transferidos para as escolas chamadas regulares. Quem superava as suas dificuldades adquiria o direito de transferência para a escola comum e os deficientes tinham que se adequar às propostas educacionais. Denomina-se este período de paradigma da integração. Nesse período, ainda, havia muita discriminação e preconceito em relação aos deficientes sendo estes denominados de incapazes, atendidos em hospitais, escolas especializadas ou mesmo, ainda, escondidos pela família. O sentimento para muitos era o de incômodo e de afastamento destas pessoas.

3.3 O movimento inclusivo e o deficiente como cidadão

Só recentemente, na 2ª metade da década de 90, o mundo tenta penetrar na era da inclusão. Um acontecimento importante aconteceu na década de 70 onde é publicado o documento que traz contribuições fundamentais no sentido da integração/inclusão dos alunos com deficiência: o relatório de Warnock Report.

O Warnock Report veio deslocar o enfoque médico nas deficiências dos educandos para um enfoque na aprendizagem escolar de um currículo ou de um programa, representando a passagem do paradigma médico ou médico-pedagógico para o paradigma ou modelo educativo inclusivo. Ao polarizar a atenção no programa escolar, o relatório passa a considerar o conjunto dos estudantes que ao longo de toda a sua escolaridade vão manifestando, num ciclo ou noutro, dificuldades que revelam a

necessidade de disporem de meios apropriados para poderem desenvolver as aprendizagens propostas.

Previa-se então, para Inglaterra, que vinte por cento dos alunos que frequentavam o sistema de educação poderia ter necessidades especiais na sua escolaridade. Desses, apenas dois a quatro por cento teria algum tipo de deficiência. Portanto, revelava-se que só uma pequena parte da população escolar apresentava necessidades educacionais especiais (NEE). Estes padrões de referência, que se generalizaram com rapidez, dão-nos um elemento importante, embora não indiscutível, para analisar e aferir a situação do sistema educativo.

Foi neste contexto, que o Relatório Warnock introduziu o conceito de Necessidades Educacionais Especiais. O termo necessidades educacionais especiais refere-se à defasagem entre o nível de comportamento ou de realização da criança e o que dela se espera em função da sua idade cronológica. A partir dessa compreensão, um aluno tem necessidades educacionais especiais se tem dificuldades que exigem adaptação das condições em que se processa o ensino/aprendizagem, isto é, uma dificuldade significativamente maior em aprender do que a maioria dos alunos da mesma idade, ou uma incapacidade ou incapacidades que o impedem de fazer uso das mesmas oportunidades que são dadas, nas escolas, a alunos da mesma idade.

Foi assim que o conceito de educação especial referido às crianças e jovens com dificuldades, em consequência de deficiência, deu lugar ao conceito mais vasto de necessidades educacionais especiais, que não se circunscreve a essas situações, antes se alarga a todos os tipos de dificuldades de aprendizagem. Todos os alunos, durante todo o percurso escolar, ou apenas numa parte dele, podem deparar com algumas dessas dificuldades.

O relatório de Warnock vai ainda mais longe quando desdobra as modalidades de ação destinadas às crianças em idade escolar que não atingem os objetivos escolares, em três categorias de necessidades educacionais especiais: a necessidade de se encontrarem meios específicos de acesso ao currículo; a necessidade de ser facultado a determinadas crianças/alunos um currículo especial ou modificado; a necessidade de dar uma particular atenção ao ambiente educativo em que decorre o processo de ensino-aprendizagem.

Neste percurso, movimentos aconteceram no mundo todo e criaram-se normas e acordos internacionais sobre educação de qualidade para todos, a saber: (1989) Convenção sobre os Direitos da Criança/Nações Unidas; (1990) Conferência Mundial sobre Educação para todos (Jomtien, Tailândia – 1990); Normas Padrão das Nações Unidas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1994); Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (1994); Reunião de Ministros da Educação na América Latina e Caribe (Kingston, 1996); Reunião Regional das Américas, preparatória do Foro Mundial de Educação Para Todos (São Domingos, 2000) e VII Reunião Regional de Ministros da Educação (Cochabamba, 2001); a Convenção de Guatemala (2001) que aborda a discriminação contra as pessoas com deficiência. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, que dispôs sobre a obrigatoriedade das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais. Outra questão importante é que em 2001, através da OMS publicou-se o CIF- Classificação da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, enfatizando que Deficiência e Incapacidade não são somente consequências da saúde e doenças, mas também, são determinadas pelo contexto físico, político e social.

Fazendo um recorte a Declaração de Salamanca, este movimento, constitui uma referência incontornável no percurso de uma escola inclusiva. Esta declaração situa a questão dos direitos das crianças e jovens com NEE no contexto mais vasto dos direitos do homem e, por isso, refere-se à Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

O documento acolhe as novas concepções sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, expressa a opção pela escola inclusiva e traça as orientações necessárias para a ação, a nível nacional e a nível internacional, com vistas à implementação de uma escola para todos.

O texto apela a todos os governos e incita-os a adotar, como matéria de lei ou como política, o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo.

Acordou-se em Salamanca que as escolas devem ajustar-se “a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos e marginais”. Estas condições colocam uma série de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto do Enquadramento da Ação, a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades se relacionam com alunos que apresentam dificuldades no acesso ao currículo.

Lê-se ainda na Declaração que para que a possibilidade de sucesso nas escolas regulares possa concretizar, esta deve adequar-se às crianças e jovens com NEE, através duma pedagogia neles centrada e capaz de ir ao encontro dessas necessidades. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Os sistemas de educação devem ser planeados e os programas devem ser implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades. Desta forma, concretizou-se a ruptura formal com a escola segregada e com o ciclo dos sistemas de compensação educativa e reforçou-se, com grande clareza, a via da inclusão.

A evolução das terminologias é representativa ao reconhecimento dos deficientes, a saber: **Pessoas com Deficiência** – é o termo mais recente sugerido como adequado por Romeu Sassaki, que é consultor da área de Inclusão Social; **Pessoas Portadoras de Deficiências (PPD)**: termo utilizado em todas as documentações estaduais e federais e, por este motivo, é o termo empregado por muitas autoridades e pessoas que lidam na área; portanto não mais usual no contexto da inclusão. **Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)**: as pessoas com necessidades especiais, não necessariamente, possuem uma deficiência. Exemplos: pessoas com obesidade, diabetes, etc, apresentam algumas necessidades especiais, mas não apresentam uma deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla. Portanto, este termo não é considerado adequado para ser utilizado para identificar pessoas com deficiência. **Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais**: nem todas as pessoas com deficiência necessariamente precisam de metodologia ou recursos educacionais

especiais. Portanto, não é um termo adequado para ser utilizado para identificar pessoas com deficiência, de forma geral. O Parâmetro utilizado pela Organização Mundial de saúde (OMS) de 10% da população de países desenvolvidos como sendo **Pessoas com Deficiência**.

4. Conclusão

O movimento da inclusão se constitui a partir dos meados do século XX e considera o deficiente como cidadão, reconhecendo o paradigma da inclusão. Mas somos sabedores de que a trajetória das pessoas com deficiência é marcada por sentimentos e práticas preconceituosas, desrespeitosas, discriminatórias, pela negação de direitos e pela adoção de mecanismos excludentes, sobretudo da educação.

Reescrever esta história e escrever outra depende de todos nós aprendermos a conviver com a diversidade, respeitando a riqueza da diferença humana. E esta nova visão representa um desafio, pressupõe uma verdadeira e efetiva reorganização de todo o sistema social e envolve, sobretudo, um compromisso coletivo: governantes, dirigentes, educadores das escolas comuns e especiais, famílias, alunos e toda a sociedade em geral.

Referências

- BEZERRA, Rebeca Monte Nunes. Acessibilidade. In Dias, Joelson et al. (orgs.) **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC, SEESP, 2001.
- DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3Ed. 2. Impressão – Brasília: MEC, SEESP, 2007.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio**: Uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil. São Paulo, Giz Editorial, 2008

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O conceito revolucionário da pessoa com deficiência**, 2007. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smacis/default.php?reg=4&p_secao=96 Acesso em: 15 outubro 2014

GALT, Rosana. (org). **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 2011 Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil> Acesso em: 22 janeiro 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Subprocuradoria Geral do Trabalho. Conselho do CONADE.

IZEQUIERDO, Teresa Maria Rodrigues. **Necessidades Educativas Especiais a mudança pelo Relatório Warnock**. El Informe Warnock. Revista Siglo Cero, N° 120, Julio - agosto 1990.

MENICUCCI, Maria Do Carmo. **Educação Inclusiva: possibilidades e desafios atuais**. Centro de Formação de Professores/PUC Minas. Educação Especial Inclusiva: ênfase em Ciências Humanas, livro-texto 1, p. 8 a 11.

Parecer nº 3 de 17 de fevereiro de 1999. Conselho Nacional de Educação de Portugal – **Crianças e Alunos com Necessidades Educativas Especiais**.